

# US\$ 14,8 bilhões em 84

15 SET 1983

O ministro da Fazenda, Ernesto Galvães, informou ontem aos membros do Conselho Monetário Nacional que o Brasil vai precisar aproximadamente de US\$ 14,8 bilhões em recursos externos no próximo ano para financiar seu balanço de pagamentos. Estes recursos serão fornecidos pelos bancos estrangeiros e organismos internacionais, bem como pelos credores que aceitarão renegociar uma parte da dívida para que sejam normalizados os pagamentos de juros ao exterior.

O ministro fez uma exposição sobre a Carta de Intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI) - que será assinada ainda hoje por ele e pelo presidente do Banco Central, Affonso Pastore - dizendo que a meta da política econômica será baixar a inflação de 160% este ano para 90% no próximo, sendo que em dezembro de 83 a taxa mensal deverá ser de 5% e de 2,5% em dezembro de 1984. Os conselheiros foram informados também que os orçamentos monetário e fiscal serão coerentes com esta meta.

A maior parte das quase três horas de reunião do Conselho foi dedicada à exposição do ministro sobre a renegociação da dívida externa, cuja Fase II terá início agora, com a avaliação

das necessidades de novos empréstimos externos para cobrir cerca de US\$ 1,8 bilhão atrasados ("podendo atingir US\$ 2 bilhões", afirmou) e chegar ao final de dezembro sem nenhum ganho de reservas internacionais, embora o plano originalmente combinado com o FMI contasse com US\$ 800 milhões no caixa do Banco Central.

## CARTA

"Com a assinatura da Carta de Intenções, que poderá ser levada por Pastore para os Estados Unidos, nós já temos o que se convencionou chamar de sinal verde do FMI, para prosseguirmos a negociação de aproximadamente US\$ 2 bilhões com os países industrializados do Clube de Paris e com os bancos estrangeiros", explicou Galvães, dizendo que ainda não sabe se haverá um pedido de novos empréstimos-ponte de emergência.

"Isto vai depender da quantificação de nossas necessidades e também da disposição dos banqueiros para emprestar", afirmou ao manifestar a esperança de que a diretoria do FMI venha a aprovar formalmente a Carta de Intenções em sua reunião do próximo mês de outubro, ainda a ser convocada pelo

diretor-gerente Jacques de Larosiere. A formalização da aprovação permitirá ao Brasil sacar imediatamente as parcelas bloqueadas até agora, no total de US\$ 822 milhões.

Galvães assegurou ainda que "o Conselho Monetário Nacional não dedicou sobre o acerto com o FMI, mas sim recebeu uma exposição detalhada sobre a situação atual, fundamentada nos elementos básicos sobre os quais será redigida a Carta de Intenções". Estes elementos, explicou, são as programações do setor externo para 83/84, em torno da projeção do balanço de pagamentos, bem como as metas de redução do déficit público de 15,4% do PIB para 7% em 1984, de contenção da expansão monetária em 90% este ano e 60% no próximo e de redução da inflação.

"De modo geral, na Carta de Intenções não parecem os números com a clareza que terão no Memorando Técnico de Entendimento" acrescentou. Ao final da entrevista concedida após a reunião do CMN, o ministro disse que o texto da Carta não será divulgado imediatamente, pois isto depende das formalidades com o FMI. Deu a entender que, mais adiante, a Carta será conhecida, mas somente após a reunião do FMI.